



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP



Acompanhamento das contas públicas

Melhora fiscal antecede a retomada do crescimento, e a piora, a desaceleração

A IFI (Instituição Fiscal Independente) atualizou a série de superávit primário estrutural do governo central. Superávit fiscal é a diferença entre a receita de impostos e o gasto não financeiro.

A figura ao lado representa a série de superávit primário do governo central em proporção do PIB. O dado é do Tesouro Nacional, e a IFI decompõe a medida convencional do superávit primário em três fatias: não recorrente, cíclica e estrutural.

A fatia não recorrente considera gastos e receitas que não ocorrem usualmente. Por exemplo, receita de capitalização da Petrobras, gastos com a pandemia, receita com privatização etc.

A fatia cíclica é a parcela das

receitas e dos gastos que responde ao ciclo econômico. Em geral, a receita cresce mais do que proporcionalmente na cheia do ciclo econômico e se reduz mais intensamente na baixa.

O resultado estrutural é dado pelo resultado convencional subtraído tanto do componente não recorrente quanto do componente cíclico. Dessa forma, o resultado estrutural representa melhor a situação fiscal pois considera o ponto médio do ciclo econômico e desconsidera as não recorrências.

Tivemos um ciclo de melhora fiscal que vai de 1997 até 2003, com manutenção de boa situação fiscal até 2005. A partir de 2006, o superávit fiscal estrutural inicia longo período de queda até 2014.

A queda ocorre em quase todos os anos de 2006 até 2014 com leve reversão em 2011, no primeiro ano do primeiro mandato de Dilma.

Entre 2003 e 2014, o primário estrutural cai de superávit de 2,7% do PIB para déficit de 1,8%. Temos piora fiscal de 3,5 pontos percentuais do PIB.

De 2014 até 2019, o déficit fiscal estrutural fica constante em torno de 1,7% do PIB. Paulo Guedes segura os gastos públicos após a pandemia e passa o bastão para Haddad com superávit estrutural de 0,2% do PIB. A emenda constitucional da transição trouxe o déficit fiscal estrutural novamente para 1,6% do PIB, 0,2 ponto percentual abaixo do déficit de 1,8% observado em 2014.

Há quatro pontos a serem feitos. Primeiro, não é possível falarmos de herança fiscal maldita de Paulo Guedes. O ministro segurou o gasto e legou para seu sucessor um gasto primário menor do que o legado a ele por Eduardo Guardia. Note que o dado de fiscal estrutural considera somente os gastos recorrentes. Ou seja, a série é limpa dos gastos com precatórios.

O segundo ponto importante é que a emenda constitucional da transição foi aprovada pelo Congresso Nacional com pleno apoio da sociedade e dos formadores de opinião. O Congresso Nacional deveria, portanto, entregar para o Executivo elevação da carga tributária.

O terceiro ponto importante é

notarmos que, após anos de superávits primários estruturais período que coincide com forte queda de risco-país e concessão de grau de investimento para a dívida soberana brasileira, voltamos a ter déficits recorrentes.

Esses dois períodos ocorrem também no câmbio. Tivemos longo período, que se encerrou em 2013 aproximadamente, em que nossa moeda era mais valorizada do que a estimativa que considera dados de competitividade para o comércio internacional. E, a partir de meados de 2016, passamos a rodar com câmbio cerca de 20% mais desvalorizado do que o dado pelos parâmetros de competitividade de nossa economia no comércio exterior.

O quarto ponto é que a melhora fiscal antecede a retomada do crescimento econômico, não o inverso. E a piora fiscal antecede a desaceleração do crescimento, não o inverso.

O Banrisul é um banco único. Porque te entende.

banrisul
banrisul.com.br

Fiergs aponta que prazo de retomada da indústria no Rio Grande do Sul é incerto

/CLIMA

É incerta a perspectiva de retomada das atividades industriais após as inundações no Rio Grande do Sul, e é ainda impossível determinar um prazo com precisão. Segundo o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Arildo Bennech Oliveira, tudo dependerá da realidade específica das empresas e dos municípios afetados, já que os impactos foram extremamente heterogêneos.

“É importante ressaltar que esta situação é diferente do que enfrentamos durante a pandemia. Há uma perda permanente de capital, danos significativos à infraestrutura e problemas logísticos que afetam diretamente a capacidade de recuperação econômica”, afirma.

Condorme a federação, além dos danos diretos das enchentes, existem aqueles indiretos que ainda não podem ser quantificados completamente. A entidade afirma ainda que a interrupção das atividades de empresas indefinidamente, por exemplo, provo-

ca incertezas que podem acarretar a saída permanente de algum negócio das cidades. Além disso, pode ocorrer a migração da população em busca de condições de vida mais seguras.

“O processo de reconstrução exigirá medidas extraordinárias e um investimento significativo tanto do governo como da iniciativa privada. A qualidade dos projetos apresentados será crucial para garantir uma reconstrução eficaz”, ressalta Oliveira. Para o presidente em exercício da Fiergs, a retomada das atividades dependerá não apenas do tempo, mas também dos recursos e esforços dedicados à reconstrução e revitalização das áreas afetadas.

Conforme apurou a Agência Estado, estão paradas nesta semana fábricas no Rio Grande do Sul da Tramontina, General Motors (GM), John Deere e Gerdau, além da Braskem, no polo petroquímico de Triunfo.

Em geral, essas empresas pararam por medida de segurança ou decidiram dar férias coletivas em razão da dificuldade de deslocamento dos funcionários ao



Federação diz que as 336 cidades com decreto de calamidade correspondem a 80% da atividade econômica gaúcha

local de trabalho.

Segundo um estudo preliminar divulgado pela Fiergs na quarta-feira, os 336 municípios incluídos no decreto de calamidade do governo do Estado correspondiam a mais de 80%

da atividade econômica do Rio Grande do Sul. Nesta quinta-feira, porém, com a ampliação das enchentes, o número de municípios atingidos já chegava a 425.

Na terça-feira, o Ministério do Trabalho e Emprego anunciou

que os depósitos do FGTS pelos empregadores gaúchos serão suspensos durante quatro meses. Também será liberado aos trabalhadores atingidos pelo desastre climático o saque emergencial do FGTS.